

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1000426-24.2015.8.26.0566
Classe - Assunto	Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária
Requerente:	BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A
Requerido:	RAVELLO CONSTRUÇÕES LTDA ME

BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A ajuizou ação contra **RAVELLO CONSTRUÇÕES LTDA ME**, pedindo a busca e apreensão do veículo descrito na petição inicial, objeto de alienação fiduciária, haja vista a inadimplência do mutuário, que deixou de pagar as prestações mensais do financiamento.

Deferiu-se e cumpriu-se liminarmente a busca e apreensão. Esgotadas as diligências para citação pessoal da ré, determinou-se a expedição de edital.

Decorrido o prazo sem manifestação da ré, foi-lhe nomeado Curador Especial, o qual contestou o feito por negativa geral.

Manifestou-se a autora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

As tentativas de citação pessoal do réu não surtiram êxito, justificando-se a citação por edital.

A alienação fiduciária em garantia está documentalmente comprovada. Não há qualquer dúvida plausível a respeito da assinatura da devedora, no instrumento contratual.

O réu se submete ao contrato de abertura de crédito para financiamento do preço do veículo, com ônus de alienação fiduciária, firmado com o autor.

Deixou de pagar as prestações prometidas, incidindo em mora.

Não há pedido de purgação da mora e não se trata de cobrança do saldo devedor contratual, motivos pelos quais é desprovido discutir o montante da dívida e as

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

parcelas que o integram. Importa é notar a inexistência de controvérsia quanto à relação contratual.

A restituição de parcelas depende da alienação do bem e da apuração de saldo, se favorável ao mutuário.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e transformo em definitiva a medida liminar concedida, declarando consolidada a propriedade, assim como a posse plena e exclusiva do autor, sobre o bem objeto da ação, com a faculdade de promover a venda, na forma estabelecida no artigo 3º, § 5º, do Decreto-lei nº 911/69.

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 10 de outubro de 2018.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA